



Boletim de Legislação



EJEJ - escola que forma e informa

Nº 661 – 03 de novembro de 2021

Abrangência: 23/10/2021 a 29/10/2021

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.844	DOU; 26/10/2021	Altera o Decreto n. 8.772, de 11.5.2016, para dispor sobre a segregação de cadastros.	Dec. 10.844 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.845	DOU; 26/10/2021	Dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde.	Dec. 10.845 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.846	DOU; 26/10/2021	Institui o Programa Nacional de Crescimento Verde.	Dec. 10.846 (Site da Presidência da República)
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 112	DOU; 28/10/2021	Altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.	Em. Constitucional 112 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.230	DOU; 26/10/2021	Altera a Lei n. 8.429, de 2.6.1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.	Lei 14.230 (Site da Presidência da República)

LEI COMPLEMENTAR Nº 186	DOU; 28/10/2021	Altera a Lei Complementar n. 160, de 7.8.2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria, às prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura e à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador; e dá outras providências.	Lei Compl. 186 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.844	DOU; 26/10/2021	Altera o Decreto n. 8.772, de 11.5.2016, para dispor sobre a segregação de cadastros.	Dec. 10.844 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.845	DOU; 26/10/2021	Dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde.	Dec. 10.845 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 748	DJE/STF; 27/10/2021	Estabelece medidas e orientações para o retorno das atividades presenciais no Supremo Tribunal Federal.	Res. 748 (Site do STF)
RESOLUÇÃO Nº 749	DJE/STF; 27/10/2021	Estabelece o Modelo de Gestão Operacional do Supremo Tribunal Federal - STF e regulamenta as modalidades de trabalho.	Res. 749 (Site do STF)

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
SÚMULA Nº 651	DJE/STJ; 25/10/2021	Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.	Súm. 651 (Site do STJ)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RECOMENDAÇÃO Nº 112	DJE/CNJ; 25/10/2021	Adequa as Recomendações CNJ n. 57/2019, que recomenda aos magistrados responsáveis pelo processamento e julgamento dos processos de recuperação empresarial a adoção de procedimentos prévios ao exame do feito, e dá outras providências; n. 58/2019, que recomenda aos magistrados responsáveis pelo processamento e julgamento dos processos de recuperação empresarial e falências, de varas especializadas ou não, que promovam, sempre que possível, o uso da mediação; Recomendação CNJ n. 63/2020, que recomenda aos Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação empresarial e falência a adoção de medidas para a mitigação do impacto decorrente das medidas de combate à contaminação pelo novo coronavírus causador da Covid-19; Recomendação CNJ n. 71/2020, que dispõe sobre a criação do Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - Cejusc Empresarial e fomenta o uso de métodos adequados de tratamento de conflitos de natureza empresarial, à Lei n. 14.112/2020, alteradora das Leis n. 11.101/2005, n. 10.522/2002, e n. 8.929/1994.	Recom. 112 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 113	DJE/CNJ; 25/10/2021	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário medidas de segurança para o funcionamento de instituições financeiras em suas dependências.	Recom. 113 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 114	DJE/CNJ; 25/10/2021	Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco.	Recom. 114 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 427	DJE/CNJ; 25/10/2021	Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos.	Res. 427 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 428	DJE/CNJ; 25/10/2021	Dispõe sobre procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios (CEDINPREC), sistema informatizado por meio do qual serão centralizadas as informações relativas à não liberação tempestiva de recursos para o pagamento de parcelas mensais indispensáveis ao cumprimento do regime especial de que tratam os artigos 101 a 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).	Res. 428 (Site do CNJ)

RESOLUÇÃO Nº 429	DJE/CNJ; 25/10/2021	Institui o "Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário".	Res. 429 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 430	DJE/CNJ; 25/10/2021	Altera a Resolução CNJ n. 344/2020, que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.	Res. 430 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 431	DJE/CNJ; 25/10/2021	Altera o artigo 8º e o anexo da Resolução CNJ nº 390/2021, que dispõe sobre a extinção de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações e serviços digitais, que foram substituídos ou se encontram inoperantes, fixa regras para a criação de novas soluções de tecnologia; restabelecendo a vigência dos artigos 70 e 71 da Resolução CNJ nº 303/2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.	Res. 431 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 48.287	Minas Gerais; 27/10/2021	Dispõe sobre a compensação de débito do ICMS relativo à devolução de veículo automotor, para fins de novo faturamento, com o crédito decorrente da operação anterior com o veículo.	Dec. 48.287 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 48.292	Minas Gerais; 29/10/2021	Institui o Fórum Mineiro de Energia e Mudanças Climáticas.	Dec. 48.292 (Site da ALMG)

LEGISLAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 17.745	DOM; 23/10/2021	Altera o Anexo II do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia de covid-19.	Dec. 17.745 (Site do PBH)
LEI Nº 11.319	DOM; 23/10/2021	Cria a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - Sumob - e dá outras providências.	Lei 11.319 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 5.379	DJE; 25/10/2021	Altera o art. 2º, III, da Portaria da Presidência nº 4.240, de 11 de setembro de 2018, que "Constitui Grupo de Trabalho para acompanhamento das ações relacionadas à implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG."	Port. 5.379 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.380	DJE; 25/10/2021	Revoga os incisos LXIII, CCXVI, CCXVII e CCCXXVIII do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	Port. 5.380 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.381	DJE; 26/10/2021	Acrescenta os incisos CDXVI e CDXVII ao art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	Port. 5.381 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.382	DJE; 26/10/2021	Altera a Portaria da Presidência nº 4.899, de 14 de julho de 2020, que "Designa integrantes da Comissão Estadual Judiciária de Adoção de que trata a alínea 'k' do inciso IX do art. 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	Port. 5.382 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.383	DJE; 26/10/2021	Revoga a Portaria da Presidência nº 1.475, de 10 de julho de 2003, que "autoriza a realização de perícias de interesse de partes amparadas pela assistência judiciária por instituições conveniadas com o Tribunal de Justiça".	Port. 5.383 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.384	DJE; 26/10/2021	Define a lotação de cargos de provimento em comissão de Assessor de Juiz nas comarcas que especifica e altera a Portaria da Presidência nº 4.633, de 13 de dezembro de 2019.	Port. 5.384 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.292	DJE; 28/10/2021	Dispõe sobre o plantão noturno no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nos dias que antecedem e sucedem aos feriados do "Dia do Funcionário Público" e do "Dia de Finados" no ano de 2021.	Port. Conj. 1.292 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 6.966	DJE; 28/10/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Visconde do Rio Branco.	Port. 6.966 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.967	DJE; 28/10/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Carangola.	Port. 6.967 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.969	DJE; 28/10/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.969 (Site do TJMG)
OFÍCIO CIRCULAR Nº 114	DJE; 28/10/2021	Estabelece regras a serem observadas na nomeação de profissionais e utilização do Sistema AJ.	Of. Circular 114 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.966	DJE; 28/10/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Visconde do Rio Branco.	Port. 6.966 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 148	DJE; 28/10/2021	Dispõe sobre o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA.	Port. 148 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.